



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MATHEUS AMORIM BONORA

**A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CHAPECÓ (2019)**

CHAPECÓ

2019

MATHEUS AMORIM BONORA

**A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE CHAPECÓ (2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para aprovação na disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II.
Orientadora: Samira Peruchi Moretto.

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bonora, Matheus Amorim
A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA NOS
LIVROS
DIDÁTICOS - em CHAPECÓ (2019) / Matheus Amorim
Bonora.
-- 2019.
51 f.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi
Moretto Schmitt. Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul,
Curso de História•Licenciatura, Chapecó, SC ,
2019.

1. Educação. 2. Livro Didático. 3.
Arte. 4. Ditadura Civil Militar. I. Schmitt, Samira
Peruchi Moretto, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA
Rodovia SC - 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-896, 2049-6426
historia.ch@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos vinte e dois de novembro de dois mil e dezenove, às 16 horas nas dependências do *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Dra. Samira Peruchi Moretto, Professor(a) Avaliador(a) Dr. Bruno Antonio Picoli e Professor(a) Avaliador(a) Dr. Melina Kleinert Perussato.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura - elaborado pelo(a) acadêmico(a) **MATHEUS AMORIM BONORA** sob o título: *"A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS - em CHAPECÓ (2019)"*. obteve nota 7,5 sendo considerado aprovado.

Chapecó - SC, 22 de novembro de 2019.

Dra. Samira Peruchi Moretto
Professor(a) Orientador(a)

Dr. Bruno Antonio Picoli
Professor(a) Avaliador(a)

Dr. Melina Kleinert Perussato
Professor(a) Avaliador(a)

Resumo: Esta pesquisa visa analisar as imagens presentes nos livros didáticos de duas escolas de Chapecó – SC, especificamente o conteúdo que contempla o período ditatorial brasileiro. Para análise de suas imagens foi levando em consideração Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). O processo de pesquisa do trabalho ocorre quando o livro didático fornecido pelas escolas é analisado, procurando coerência com os pontos qualitativos do PNLD. Através desta pesquisa é analisado o que é ofertado pelo governo em relação a realidade de ensino das duas escolas públicas de Chapeco – SC. Oferecendo estruturas para que o aluno consiga compreender e assimilar os fatos históricos ocorridos em seu país.

Palavras chave: Educação, Livro Didático, Ditadura, PNLD

Abstract: The aim of this research was to analyze the images present in the textbooks of two schools of Chapecó - SC, specifically the content that contemplates the Brazilian dictatorial period. For analysis of its images was taking into consideration the Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) and Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). The work research process occurs when the textbook provided by schools is analyzed, seeking consistency with the qualitative points of PNLD. Through this research is analyzed what is offered by the government in relation to the teaching reality of the two public schools of Chapeco - SC. Providing structures for the student to understand and assimilate the historical facts that occurred in his country.

Keywords: Education, textbook, Dictatorship, PNLD

Dedico esse trabalho a mim mesmo pelo
esforço e dedicação todos esses anos, aos

meus amigos que ajudaram de forma direta e indireta neste desafio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha bela orientadora Samira Peruchi Moretto Schmitt pela atenção e toda a disposição necessitada.

Agradeço aos meus pais pelo entendimento nas horas de ausência e garantia de locomoção para a universidade.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul pelo o que me proporcionou por estar inserido desde ao longo desses anos. Os ensinamentos e os conteúdos que me foram transmitidos.

Gostaria de agradecer também a banca por ter aceito o convite para a defesa deste trabalho.

Aos meus amigos que me apoiaram e acrescentaram para que essa pesquisa fosse concluída

A todos os meus professores o meu muito obrigado, vocês fizeram parte da minha formação acadêmica e como cidadão, contribuindo para a excelência do trabalho de educador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do livro didático “Contato História”, utilizado na E. E. B. Bom Pastor.....	39
Figura 2: Imagem do exército, Arquivo do Estadão.....	40
Figura 3: Repressão a estudante.....	41
Figura 4: Apresentação da peça Arena conta Zumbi, em 1976.....	41
Figura 5 Fotografia de um jornal censurado.....	42
Figura 6 Capa do livro didático “Oficina de História”, utilizado na E. E. B. Tancredo de Almeida Neves.....	44
Figura 7: Fotografia de Silvaldo Leung Vieira, torturado pelos militares	46
Figura 8: Fotografia mostra a repressão policial contra estudantes.....	46
Figura 9: : Manifestação popular no dia do golpe.....	47
Figura 10: Adesivo de propaganda utilizada na ditadura civil militar.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	34
---------------	----

LISTA DE SIGLAS:

AI'S: Atos Institucionais.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

MEC: Ministério da Educação e Cultura.

MPB: Música Popular Brasileira.

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola.

PNLD: Programa Nacional do Livro Didático.

PNLEM: Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DITADURA E A ARTE DE RESISTIR.....	19
1.1 DO GOLPE À DITADURA.....	19
1.2 ARTE DE RESISTÊNCIA.....	22
2. O LIVRO DIDÁTICO EM FOCO.....	26
2.1 Práticas educacionais no Brasil após o golpe de 1964.....	26
2.2 Os Livros Didáticos como Recursos Metodológicos.....	30
2.3 PNLD/PNLEM.....	33
3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS.....	38
3.1 Livro Contato História.....	39
3.2 Livro Oficina da História.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
FONTES.....	52

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o período ditatorial brasileiro (1964-1985), sua influência nos livros didáticos, focando as representações expostas nos livros de História do último ano do Ensino Médio, especificamente, nas coleções utilizadas pelas escolas: E.E.B Bom Pastor e E.E.B Tancredo de Almeida Neves, ambas da rede pública de ensino de Chapecó, Santa Catarina, em 2019. Desta forma, analisou-se ditadura civil militar (1964-1985), para compreender como a arte era produzida no período. Mostrando também, como os governos ditatoriais influenciaram nas práticas educacionais, refletindo na atualidade.

O conteúdo sobre a Ditadura Civil Militar foi extremamente fraco em minha educação básica. Quando estudante, não havia tido a oportunidade de estudar acerca dos vários aspectos que englobam o período ditatorial brasileiro, ora por falta de didática dos profissionais da educação que passaram em minha vida, ora por má orientação exposta nos materiais, como os livros didáticos. Por este fato, me motivei a desenvolver essa pesquisa, para compreender com a ditadura civil militar é relatada nos livros didáticos que circulam no meu município de origem.

A censura na ditadura civil militar que obrigou os artistas mudarem a forma de fazer arte foi o fator decisivo para a escolha do assunto. Apesar da dificuldade em escolher somente um momento para realização da pesquisa, a riqueza da arte no período ditatorial brasileiro faz com que este período seja essencial para o estudo da arte brasileira. Este trabalho observará como as formas de arte exposta no livro didático referente ao período ditatorial brasileiro (1964-1985), são abordadas nos livros didáticos de História. Dentro disso, procuraremos saber de que forma os livros didáticos de História utilizados em 2019 pelas escolas E.E.B Bom Pastor e E.E.B Tancredo de Almeida Neves, em Chapecó, Santa Catarina, apresentam as imagens do período ditatorial brasileiro como um recurso de ensino aos estudantes.

O trabalho é pensado para a análise do cenário em que estão inseridas as escolas, exclusivamente, da cidade de Chapecó, Santa Catarina. Foram mapeadas duas instituições que utilizam livros didáticos de coleções distintas, sendo uma de um bairro periférico, e outra do centro da cidade, ambas da rede estadual de ensino. As escolas e livros didáticos escolhidos são a Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves, localizada no bairro Efapi, a qual possui o livro da coleção “Oficina de História”, da editora Leya, e também, Escola de Educação Básica Bom Pastor, localizada no centro da cidade, que possui o livro didático da coleção “Contato História”, da editora Quinteto.

A Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves está situada há cerca de dez quilômetros do centro de Chapecó, localizada em uma zona considerada periférica. Com uma população de em média, 60 mil habitantes, o bairro possui uma universidade, escolas, penitenciária, indústrias de alimentos, frigoríficos, postos de saúde e diversos comércios. Vale ressaltar que o bairro em que a escola está situada foi desenvolvido frente às grandes indústrias, uma vez que os funcionários fixam residência, geralmente, próximos ao local de trabalho.

Segundo informações dispostas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves, 47% dos estudantes moram com o pai e a mãe, 10% somente com o pai, 15% com a mãe, 16% estão vivendo com os cônjuges, 4,5% moram com os avós, e ainda, 7% moram com alguma outra pessoa não descrita anteriormente, sendo que, 39% possuem casa própria, 9% apartamento próprio, 31% estão em casa alugada e 21% apartamento alugado. Também, é importante ressaltarmos que a renda familiar dos estudantes da escola é 12% até um salário mínimo, 48,5% de um a dois salários mínimos, 24,5% três a quatro salários mínimos e 15% acima de quatro salários mínimos (Projeto Político Pedagógico, E. E. B. Tancredo de Almeida Neves, 2019).

Segundo o PPP, falando sobre o pai dos estudantes, 25% possuem do primeiro ao quarto ano completo, 18% do quinto ao oitavo ano completo, 12,5% o ensino fundamental incompleto (quinto a oitavo ano), 21% ensino médio completo, 13,5% ensino médio incompleto, 1,5% cursando ensino superior, e ainda, 8,5% com o ensino superior completo. Já falando da mãe, 24,5% possuem do primeiro ao quarto ano completo, 19% do quinto ao oitavo ano completo, 9,5% possuem o ensino fundamental incompletos, 22% o ensino médio completo, 14,5% ensino médio incompleto, 3,5% cursando um ensino superior, e também, 7% com ensino superior completo (Projeto Político Pedagógico, E. E. B. Tancredo de Almeida Neves, 2019). O nível de escolaridade do pai e da mãe dos estudantes nos faz perceber que muitos estudantes, só de concluírem o ensino básico, já ultrapassaram o grau de ensino dos pais. Isso mostra a importância social da escola em debate, já que por estar localizada em um bairro considerado periférico da cidade, deve proporcionar ainda mais uma educação pública de qualidade para famílias que, geralmente, não possuíam acesso ao ensino brasileiro, conseqüentemente, escolhendo livros didáticos condizentes com a necessidade.

A Escola de Educação Básica Bom Pastor está localizada no centro da cidade de Chapecó. Há alunos de quase todos os bairros da cidade, já que a escola está localizada perto do terminal de transporte urbano, facilitando a chegada dos estudantes que moram em outras localidades. Por mais que haja escolas em todos os bairros, muitos alunos optam por utilizar

o transporte público e estudar no Bom Pastor pelo fato da escola ser considerada de qualidade pelos moradores deste município. Os arredores da escola estão repletos de comércio, fazendo com que a movimentação de pessoas da comunidade externa seja grande nas proximidades. Ainda, há diversas casas de classe média/alta, fazendo da instituição escolar um ponto de referência para diversos moradores locais.

Segundo seu Projeto Político Pedagógico, o objetivo da escola é a construção de um indivíduo pensante:

A proposta pedagogia da E.E.B Bom Pastor é construir um sujeito integral, ético, comprometido com o meio ambiente, democrático e criativo, com capacidade de análise superação, fundamenta em aspectos históricos, científicos, filosóficos e tecnológicos. Que seja capaz de abrir caminho para a ampliação da cidadania, aprimorando seus hábitos e atitudes, respeitando as diferenças e assumindo de forma democrática a construção dos valores humano. (Projeto Político Pedagógico, E. E. B. Bom Pastor, 2019).

Após 63 anos, no ano de 2010, a instituição inaugurou sua nova estrutura, que teve o processo de construção iniciada no ano de 2008, sendo na época a segunda maior escola do estado de Santa Catarina. O projeto teve valor estimado em 10 milhões de reais, fazendo com que a as melhorias na estrutura dentro e fora de sala de aula auxiliassem os estudantes em seu processo aprendizagem.

Procuramos compreender como os livros didáticos de História utilizados nessas escolas públicas de Chapecó em 2019 oferecem recursos a partir da arte para o estudo da ditadura civil militar no Brasil. Busca-se, assim, contribuir para o estudo de História, especificamente considerando a arte nos livros didáticos e analisando a distinção entre diferentes abordagens nos livros didáticos de História nos capítulos correspondentes à ditadura civil militar brasileira.

Esta pesquisa vem para acrescentar principalmente ao ensino de História, percebendo as relações entre a Arte e a Educação. O estudo da Arte é importante para entendermos diferentes contextos sociais materializados em uma pintura, música, poesia ou qualquer forma de expressão. A arte mostra a alma do indivíduo, que eterniza seus sentimentos e percepções diante do mundo em algum momento da história. Cabe a nós, estudantes e professores, colocarmos essa carta na mesa para percorrermos novos caminhos e novas maneiras de interpretar o meio que vivemos, a partir da visão e imaginação de um artista. Agora, se tratando de Educação, devemos ter em mente que apesar de ser algo mundial, difere de um local para o outro, já que cada sociedade está inserida em um contexto distinto. Desta forma, torna-se importante compararmos se os livros didáticos utilizados em bairros com

contextos sociais e econômicos distintos também diferem em termos de abordagens teóricas sobre o tema.

Utilizar do livro didático como fonte histórica para uma pesquisa aproxima o futuro professor do seu, muitas vezes, instrumento de trabalho. Da mesma forma que há escolas que não determinam obrigatoriedade do uso do livro didático ao decorrer do ano letivo, outras instituições orientam o professor a utilizá-lo em suas aulas. O que precisamos ter em mente é que o livro didático carrega vantagens e desvantagens, sendo o professor quem deve encontrar a mediação necessária para que os alunos não saiam prejudicados em seu processo de aprendizagem.

Grande parte dos aprendizados adquiridos por uma criança ou adolescente, desde convívio social, ética e cultura, vem da escola. Conhecendo a estrutura, forma de ensino e materiais utilizados em uma instituição de ensino, compreendemos também os sujeitos e como estes estão sendo formados. Com este trabalho, pretendeu-se compreender parte do ensino de História, o manuseio do livro didático e as abordagens dos fatos históricos pensando a arte presente nesses materiais como uma possibilidade de didática.

Sendo assim, para iniciar qualquer discussão sobre o assunto, precisamos ter em mente com muita clareza o que a História diz sobre conceitos utilizados na pesquisa, como por exemplo, arte, educação e ditadura. Além, é claro, do próprio conceito de História. Se pensarmos ainda que cursamos uma licenciatura, entender esses termos nos leva para as salas de aula mais preparados para trazê-los à realidade dos alunos. Segundo Kalina Silva e Maciel Silva (2009, p. 9):

No dia a dia em sala de aula, o que precisamos não é apenas substituir todo o conteúdo programático antigo por um novo, mas conseguir construir estratégias que nos permitam mesclar diversas contribuições, objetivando sempre tornar a História não apenas mais compreensível, mas também socialmente mais relevante.

A autora Circe Maria Fernandes Bittencourt, que desenvolve diversas pesquisas sobre a história dos livros didáticos, disciplinas e currículos escolares, será bastante utilizada nesta pesquisa. O livro intitulado *Ensino de História: Fundamentos e Métodos* cobrirá a teoria necessária para estudarmos as coleções utilizadas pelas escolas públicas brasileiras e, ainda, quando abordarmos os documentos não escritos. Não há como pesquisar sobre a arte no ensino de História sem entendermos a diversidade de mecanismos utilizados para propagar o ensino nas escolas do Brasil, e como eles atuam no processo de aprendizagem dos alunos. Segundo Bittencourt (2008, p. 296):

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina - no nosso caso, da História.

Camille Paglia tenta ao decorrer de suas obras falar sobre a arte, e como ela é importante na visão, percepção e entendimento de mundo para as pessoas. O artigo “Importância da Arte na percepção do Mundo” auxiliará para pensarmos sobre a necessidade da utilização da arte nas aulas de História e como ela ajuda na aprendizagem dos alunos, que se tornam mais sensíveis para com os estudos. Em um trecho de seu artigo, Paglia (2016) fala sobre a passividade dos jovens para com a inundação de tecnologia e consequente diminuição da sensibilidade permitida a partir da arte:

O olho sofre com anúncios piscando na rede. Para se defender, o cérebro fecha avenidas inteiras de observação e intuição. A experiência digital é chamada interativa, mas o que eu vejo como professora é uma crescente passividade dos jovens, bombardeados com os estímulos caóticos de seus aparelhos digitais. Pior: eles se tornam tão dependentes da comunicação textual e do correio eletrônico, que estão perdendo a linguagem do corpo.

A História do Ensino também será contemplada, especificamente, no ensino de História, com o autor Luís Fernando Cerri. O ensino de História difere em sua forma de didática nos diferentes países em que é inserido, uma vez que esse ensino cria a identidade do cidadão. O conhecimento em História serve como forma, segundo o autor, “de construção de identidades que são ao mesmo tempo de solidariedade e de assassinio” (CERRI, 2010, p. 265), já que ela ensina o que todos os cidadãos deveriam ter esclarecidos em suas realidades. Em outras palavras, se é esperado que o ensino de História favoreça a formação de um cidadão preocupado com a sociedade, com o coletivo, um sujeito com desejo em auxiliar nos projetos coletivos, ligando toda comunidade a um passado semelhante.

Com a pesquisa sendo realizada somente em um município é fundamental encontrar quais livros didáticos são mais utilizados pelas escolas públicas brasileiras e, para isso, o mapeamento das coleções usadas será feito a partir de dados disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Após a obtenção dos dados estatísticos sobre a distribuição de coleções nas instituições de ensino do Brasil, podemos perceber se as escolas utilizam os mesmos.

A metodologia da pesquisa se dará na análise quantitativa e qualitativa dos capítulos dos livros didáticos referentes à ditadura civil militar, realizada em dois momentos diferentes. Primeiro, após o mapeamento das coleções mais utilizadas no Brasil, será iniciado o processo de análise quantitativa dos capítulos, em que serão verificados os capítulos e páginas

destinados ao ensino da ditadura civil e militar, no período entre 1964 e 1985. O primeiro ano refere-se ao momento em que os militares instauraram uma ditadura que dividiu o país, sendo nítida essa dualidade de pensamentos e opiniões nas expressões artísticas da época.

A análise qualitativa dos capítulos que tratam da ditadura civil e militar acontecerá percebendo como os autores abordam nos livros didáticos as formas de arte deste período (se é que abordam). Com essas duas análises entenderemos ainda como a cultura do período militar desenvolveu sua capacidade criativa para expor suas opiniões contrárias ao regime nas entrelinhas de suas obras fugindo da censura e repressão. Também veremos os “mocinhos dos militares”, que por meio de suas expressões artísticas fortaleciam a visão de um regime justo e bom para a sociedade.

No primeiro capítulo faremos uma contextualização sobre o que foi a ditadura civil militar brasileira, abordando o golpe de 1964, seus desfechos, suas rupturas e permanências, seu impacto na educação, o AI 5 e a arte produzida no período. No segundo capítulo da pesquisa iremos tratar sobre o contexto educacional no Brasil após o golpe de 1964 e o FNDE E O PNLD, abordado do que se trata cada um, para que consigamos contextualizar de onde e por que os livros didáticos são escolhidos, assim podendo fazer uma análise com melhor qualidade para o desenvolvimento da pesquisa. No terceiro capítulo serão analisadas diretamente as fontes, trazendo algumas considerações sobre o que eles abordam e como utilizam da arte para trabalhar a ditadura civil militar. Seguiremos a metodologia que Circe Bittencourt expõe em sua obra “Ensino de História: fundamentos e métodos”, para entender o processo de análise dos livros didáticos. Todas as figuras pertencentes ao capítulo da ditadura militar serão separadas e analisadas em grupos, referentes aos seus assuntos dentro do conteúdo.

1. DITADURA E A ARTE DE RESISTIR

1.1 DO GOLPE À DITADURA

Para entender a arte e sua representação nos livros didáticos é preciso antes compreender o contexto em ela foi produzida, tendo em vista que a arte de uma época reflete a sociedade. Neste caso, a arte produzida em meio ao regime civil-militar necessitava encontrar formas de burlar toda a censura imposta e a partir disso alcançar o maior objetivo da arte daquele contexto que era justamente o de criticar todo o abuso e repressão vividos. Por isto, como este trabalho se propõe a analisar a arte nos livros didáticos, se torna fundamental entender como a arte era produzida no período e como o regime militar influenciou na forma de produzir a arte.

Para dar início a discussão sobre a Ditadura Civil e Militar que foi instaurada no Brasil no ano de 1964 a partir de um golpe de Estado, se faz necessário compreender como o país se encontrava, ou seja, quais as condições econômicas, políticas e sociais do período. Economicamente o Brasil passava por um estado de baixa. Os economistas Luiz Delorme Prado e Fábio Earp (2013, p. 209) expõem que nos primeiros anos da década de 1960, o crescimento econômico passou por uma diminuição notável. Entre os anos de 1946 e 1960 o crescimento anual da economia foi de 6,3%, sendo que em 1963 essa taxa já não dominava nem metade de seu valor. Conseqüentemente, sem o “giro” de capital entrando, a quantidade de desemprego, a queda da importação e a inflação tiveram grande influência para com o golpe de 1964.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2015, p. 38), a política brasileira estava instável por alguns motivos, entre eles “o medo da insegurança e a reação ao processo de esquerdização ou de comunização supostamente em curso no país”. Então se faz compreensivo que as elites políticas e econômicas tratavam disso como uma verdade, e possuíam o medo que o Brasil rumaria para o comunismo, implantando esse sistema.

Partindo para a questão social, segundo Carlos Fico (2014, p. 09) ela foi marcada pelo apoio da população, ou seja, houve um apoio civil ao golpe. Entre outras maneiras, esse apoio aconteceu por conta da manipulação da mídia, que tinha (e ainda tem) grande influência sobre a sociedade brasileira, assim também legitimando atos antidemocráticos como censura, tortura e o golpe de 1964.

É correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis.

Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras - e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas (FICO, 2014, p. 09).

Sete meses após ser eleito democraticamente, o presidente Jânio Quadros surpreendeu a todos renunciando ao cargo em 1961. Ainda nos dias de hoje o motivo pela renúncia é discutida por historiadores. Carlos Fico (2014, p. 15) diz que Jânio Quadros “tinha planos de causar uma comoção nacional que exigisse seu retorno, o que o fortaleceria e lhe daria maiores poderes. Se esse era seu plano, fracassou totalmente: o Congresso Nacional aceitou a renúncia do presidente”. Após a renúncia de um presidente, quem assume é seu vice. Naquele momento, o vice-presidente do Brasil, João Goulart, estava na China por assuntos diplomáticos. Quando iria voltar para assumir a presidência, foi impedido por comandantes das Forças Armadas, que davam entrevistas e declarações contra João Goulart, dizendo que ele era comunista e afirmando que isso se caracterizava pelo mesmo estar na China no momento da renúncia de Jânio Quadros. Fico (2014, p. 18) aborda sobre esse tema:

Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do Trabalho, [...]. Era um homem simples, acostumado ao convívio com o povo, com os trabalhadores, inclusive por sua atuação no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos.

Após o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciar um movimento chamado Rede da Legalidade, que reivindicava o direito de João Goulart assumir a presidência do Brasil, a população brasileira abraçou a ideia. Diante disso, os ministros implantaram o sistema parlamentarista no país, limitando os poderes do presidente. Após aprovado o parlamentarismo, João Goulart assumiu a presidência discursando sobre a importância de os brasileiros votarem em um plebiscito sobre o desejo de manterem ou não esse sistema vigente.

Inicialmente, o parlamentarismo era pra ficar até 1965, no fim do mandato de João Goulart, porém, o plebiscito realizado em janeiro de 1963 colocou fim ao sistema. Fico (2014, p. 23) explana que “no dia do plebiscito, mais de 11 milhões de pessoas votaram. O presidencialismo ganhou com 9.457.448 votos, contra apenas 2.073.582 dados ao parlamentarismo”. Essa diferença de votos fortaleceu João Goulart, deixando as elites urbana e agrária, militares e os Estados Unidos da América (EUA) com medo, já que acreditavam que o presidente era comunista e não queriam correr o risco do maior país da América do Sul implantar o comunismo.

Nos dias de hoje, quando se é pensado sobre grandes crises políticas, sociais e econômicas mundiais que marcaram a História, pessoas sem senso crítico algum e estudo sobre o contexto histórico pensam: como a sociedade deixou isso acontecer sem questionar? Como isso chegou até esse ponto? Questões, como essa também podem ser feitas diante a Ditadura Civil e Militar Brasileira, uma vez que pessoas se perguntam como um golpe de Estado feito por militares e apoiado por elites agrárias e urbanas se manteve no poder por 21 anos.

Na década de 1960, antes do golpe de 1964, os militares, políticos e imprensa possuíam o objetivo de desestabilizar o presidente João Goulart, para que o mesmo caísse a partir de um impeachment ou renunciasse. Isso não aconteceu. O que o Brasil viu foi o agravamento da crise política e social, tornando a situação cada vez mais insustentável. Uma vez que não conseguiram derrubar Jango (como João Goulart era conhecido) pela imprensa, derrubaram via golpe.

Os golpistas se dividam em núcleos, fixados em diferentes locais do país. O núcleo de Minas Gerais era uma das bases mais fortes e influentes, onde em no fim de março de 1964 reuniram-se e discutiram os pontos para início do golpe de Estado, “Magalhães deveria emitir um decidido manifesto pela deposição de Goulart e Mourão iniciaria o deslocamento das tropas” (FICO, 2014, p. 72). Então, em 31 de março de 1964, iniciou-se o deslocamento das tropas ao Rio de Janeiro. Os militares de Minas Gerais estavam espalhados em locais estratégicos para controlar as fronteiras. Ao mesmo tempo que as tropas começaram o deslocamento, Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, declarou vacância do cargo de presidente da república, e após isso, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, foi nomeado presidente.

Quando o grupo chegou ao gabinete presidencial, percebeu que não havia entre eles um oficial-general. Recorreram ao general André Fernandes, que acabou nomeado chefe do Gabinete Militar. Para completar a fachada constitucional da posse, o deputado Nelson Carneiro, do PSD da Guanabara, chegou com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa. Mazzilli foi empossado nessas circunstâncias vergonhosas. (FICO, 2014, p. 87).

Após isso, só faltava uma coisa para que o golpe se concretizasse: a aceitação dos EUA. Lyndon Johnson, então presidente dos EUA, reuniu-se com o Conselho de Segurança Nacional para discutir se reconheceria ou não a presidência de Mazzilli. Na noite de 02 de abril de 1964, os EUA enviaram uma carta reconhecendo-o como novo presidente do Brasil, legitimando, assim, o golpe que culminou em 21 anos de Ditadura Civil e Militar. Ariana

Alves de Castro (2016, p. 102), afirma que a legitimação do golpe se deu através da luta anticomunista:

Durante a estadia dos militares no poder, foram criadas instâncias repressivas com o intuito de garantir o afastamento da ideologia comunista, que naquele período era temida pelos setores que apoiaram o golpe. Uma dessas instâncias repressivas atuava diretamente nos meios artísticos e culturais com o intuito de livrar uma pequena burguesia conservadora da subversão.

Desta forma, os artistas procuravam novas forma de se expressarem, como veremos no tópico a seguir.

1.2 ARTE DE RESISTÊNCIA

Quando foi instaurado o AI-5, a classe artística se viu no momento mais difícil de sua vida até então. O historiador Marcelo Siqueira Ridenti (2003, p. 152) afirma que “após o decreto deste ato começaram prisões, cassações, torturas e exílio à estudantes, intelectuais, artistas e políticos opositores ao regime”, não sendo mais permitido nenhuma oposição aos militares. O autor continua explicando que com o AI-5 “o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais entraram em recesso, passando ao governo o poder de cassar mandatos, suspender direitos, julgar crimes políticos em tribunais militares”

Para que os militares conseguissem colocar os objetivos do AI-5 em prática, necessitaram criar um órgão responsável pela fiscalização, análise e censura das artes. Para isso foi o criado a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que objetivava controlar as manifestações artísticas, defendendo o Brasil dos chamados subversivos, como eram chamados os opositores ao governo. Para Vieira (2010), todo tipo de arte foi censurado: músicas, peças de teatro, filmes, artes plásticas e visuais, para citar somente algumas formas de comunicação que sofreram com a censura.

VIEIRA (2010, p. 27) apresenta as duas formas de censura durante a ditadura civil e militar, sendo elas a censura moral e a censura política. A primeira era voltada para arte, onde censuravam manifestações que apresentavam caráter subversivo, não aceito pelos militares. A censura política era para a imprensa, onde eram manipuladas as informações para manipular a opinião pública. As duas formas de censura visavam que o Estado se fortificasse e concretizasse seu objetivo de livrar o país da ameaça comunista.

Segundo os historiadores Leila Medeiros de Rocha e Décio Menezes (2014, p. 81): “a partir da implantação da política do silêncio, o país ouviu as vozes dos desafiantes e

desafinados, ou seja, os poetas que assumiram a poesia como veículo de resistência e que, por isso, se tornaram, aos olhos dos censores, marginais, malditos”. Ao decorrer da Ditadura Civil e Militar, artistas importantes consolidaram seu nome até hoje. Com a repressão massiva das artes, os artistas se viram obrigados a desviar da censura para alcançar seu público. Porém, há de se ressaltar que havia também os artistas que consolidavam e legitimavam a ditadura. As organizações da classe artística contra a ditadura também foram de extrema importância na resistência ao período. Greves, passeatas, reuniões e manifestos foram realizados na luta pela democracia. Um desses movimentos, talvez o mais importante por se tratar de diversos tipos de arte, foi o Centro Popular de Cultura (CPC), uma organização criada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) criada em 1961 no Rio de Janeiro.

O CPC possuía diversas formas de arte, como música, teatro, cinema, literatura e artes plásticas, sendo que a maioria dos colaboradores não recebia remuneração. O Sociólogo Manoel Berlinck (1984, p. 20) afirma que "em cada 10 membros do CPC, 7 eram voluntários, em geral estudantes universitários que queriam participar da luta nacionalista e em prol da cultura popular".

A arte no período ditatorial transformou-se em sinônimo de resistência ao regime. Cantores, compositores, bailarinos, atores, escritores, enfim, uma gama de artistas utilizava de sua produção como forma de se opor ao regime, sempre tomando muito cuidado para driblar a censura com eficácia. Observando arquivos disponibilizados no site “Documentos Revelados”¹, encontramos documentos que nos permitem entender quais os critérios utilizados para censurar músicas, e também, visualizar anotações dos próprios censuradores, entendendo suas explicações para cada ato censório. Este portal eletrônico foi criado em 2009 e é editado desde então por Aluizio Palmar, que na juventude foi estudante de Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

A música tornou-se uma das mais importantes formas de protesto daquele período, e por consequência, uma das mais censuradas e perseguidas. A crítica na maioria das vezes vinha mascarada por inversões, ironia, duplo sentido e diversas outras estratégias linguísticas encontradas pelos artistas, que muitas vezes passavam despercebidas pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), mas nunca pelo público.

¹ **Documentos Revelados.** Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/>> Acesso em: 22 de nov. de 2019.

A produção brasileira de artes plásticas no período refletia não só a contestação ao regime, mas também as mudanças artísticas e renovações as quais as artes passavam na época. O campo das artes plásticas foi um dos que mais encarnou esse ideal de ruptura, tanto estética quanto comportamental. Os artistas se reinventaram justamente por conta da necessidade de driblar a censura, não podendo transmitir mensagens diretas e através das suas obras

Também estava acontecendo um movimento chamado tropicalismo, que foi um movimento que juntou diversas vertentes culturais brasileiras e estrangeiras para produzir um som diferente de tudo que já havia sido produzido no país. O impacto cultural possui reflexos ainda atuais, já que Caetano Veloso e Gilberto Gil ainda estão na ativa e influenciando pessoas com suas músicas. Liderado por jovens que eram vistos como rebeldes, desobedientes e livres dos limites culturais impostos pela arte, o tropicalismo reinventou a forma de fazer música no Brasil. Os artistas que analisamos no capítulo seguinte, cada um de sua forma, também revolucionaram a música nacional, contribuindo com críticas ao sistema político, moral e social do Brasil.

Foi o movimento mais importante para modernização cultural no Brasil, revolucionando a forma de fazer música como vinha fazendo a Bossa Nova. Esse movimento aparece no ano de 1967. A mudança apresentada por artistas tropicalistas não se deram só na música, mas também no comportamento e vestuário. Tudo estava caminhando para o igual, sem novidades, fazendo com que a cultura brasileira ficasse carente de inovações. Isso pelo fato da ditadura civil militar determinar um nacionalismo exacerbante, voltado à mostrar o que o Brasil tem de bom e como o povo tem sorte de estar aqui. Os tropicalistas foram contra isso, deixando a MPB mais jovem nos arranjos (RIDENTE, 2003, p. 150). O movimento Tropicália é compreendido por cerca de dois anos, iniciados no festival de música popular de 1967 com as apresentações de Caetano Veloso e Gilberto Gil, e reprimido pela ditadura civil militar através da prisão dos mesmos no ano de 1968. Apesar do pouco tempo, os tropicalistas influenciaram uma geração, mudando parcela das artes brasileiras e inspirando artistas.

As artes cênicas também foram centrais no objetivo de gerar no um incômodo no público e refletissem sobre o período que viviam. Segundo Mendes (2009, p. 6):

O que separa os espaços de espetáculo de seus ideais espectadores são interesses particulares que transformam a cênica numa fonte de enriquecimento. Isso porque os ingressos são postos num valor elevado que está apenas ao alcance de uma pequena parcela da sociedade. A fim de remediar esse problema, os dramaturgos ditos engajados procuram levar o teatro para onde está o povo, como ruas, praças e fábricas.

O teatro popular nesse sentido se apresenta como uma arte democrática, já que expande a arte cênica às ruas, praças e centros, com acesso de forma fácil para quem não teria outras condições. Esse tipo de arte era visto como subversivo pelos militares, já que atingiam um grande público.

Ainda dispondo do campo artístico do período, o teatro se faz presente neste contexto resistindo ao impacto do modo de governo militar. Um desses espaços que foi um importante marcador de promoção à cultura e arte é o Teatro de Arena (RIDENTE, 2003). Durante a ditadura militar, o teatro brasileiro teve grande participação na resistência cultural. É importante lembrar que a televisão por ter se tornado um veículo de comunicação bastante abrangente e com uma grande audiência, se tornou um meio utilizado pelos artistas para passar uma mensagem contra a ditadura, e, conseqüentemente, se tornou um alvo preferido da censura.

Tendo tudo isso em vista, pode-se perceber como a arte do período ditatorial brasileiro foi, quem sabe, uma das mais ricas até então na história do nosso país, justamente pela necessidade de driblar a censura somada a toda sua importância como modo de resistir à ditadura, por isto este trabalho analisa como ela foi apresentada nos livros didáticos escolhidos para desenvolver esta pesquisa.

2. O LIVRO DIDÁTICO EM FOCO

2.1 PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL APÓS O GOLPE DE 1964

A educação no Brasil desde o século XIX, esteve diretamente ligada a conjuntura política, econômica e ideológica, as relações de poder fazem do ensino um mecanismo de difusão de ideologias, promovendo um meio de atingir objetivos políticos e econômicos. Anteriormente ao golpe de 1964, o país vivenciou momentos de agitações sociais e políticas, por conta de uma notável desigualdade geradas pelo crescimento da inflação e da ausência de políticas do Estado para atender as demandas da população mais pobre (ALMEIDA, 2016, p. 02).

Após o golpe de 1964, o governo buscou a consolidação de um projeto de gestão onde visava a implantação de um modelo econômico avançado, industrial e moderno que atendesse toda a predominância agrária vivenciada pelo país. Então o estado se firmou em decretos e atos inconstitucionais, expondo seu projeto, por meio da mídia, e sobretudo por meio da escolarização (ALMEIDA, 2016, p. 02).

Durante o período ditatorial civil e militar, a educação brasileira passou por reformas feitas pelo Estado, que tinham como principais objetivos tornar o ensino técnico-profissionalizante, assim fornecendo mão-de-obra qualificada para atuar na indústria, que estava em desenvolvimento e conquistando cada vez mais o apoio populacional com ideias fomentadas pelo governo. Através da lei 5692/71 no ensino básico e a lei 5540/68, no ensino superior, foram modificados os programas curriculares em todos os níveis de ensino (ALMEIDA, 2016, p. 02). A reformulação dos currículos foi realizada com o apoio de pedagogos e técnicos americanos, deixando de fora a classe de estudantes e professores brasileiros que estavam envolvidos nesses programas.

Já no ensino superior, em 1968, foram criados cursos de licenciaturas curtas, onde permitia-se aos professores atuarem na área da educação básica com a formação feita em dois ou três anos. Não tendo nenhum incentivo com a formação nas áreas de didática e práticas de ensino, os cursos de licenciatura formavam professores reprodutores de conteúdos que favoreciam a continuidade do modelo político e econômico vigente, onde aparece de maneira negativa e de afetava de forma direta a formação dos estudantes no ensino básico.

Os currículos escolares das disciplinas de humanidades sofreram intervenções a partir das reformas educacionais. Os conteúdos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia foram minimizados a um grupo na disciplina de Estudos Sociais, assim retirando o caráter crítico e

reflexivo de um aglomerado de informações compiladas em disciplinas, contrariando o que deveria ser feito. Também foram instituídas as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) para os 1º e 2º graus, exercitando na educação o caráter tradicional, trazendo uma visão de preservação do Estado e o mantimento de esperanças patrióticas (ALMEIDA, 2016).

Quando o poder é tomado pelos militares e grupos conservadores, é implantado um sistema econômico liberal, acelerando o processo de modernização do capitalismo nacional, assim consolidando a sociedade urbana-industrial. Durante os governos militares, é proposto o desenvolvimento de uma sociedade moderna e industrializada, marcada por um modelo mecanicista de fundamento técnico, onde isso é provado através da suspensão dos direitos democráticos, da repressão e do autoritarismo. Nestes mecanismos o Estado “assumiu uma face ideológica fundada no princípio de racionalidade técnica como único mecanismo político para a consolidação da revolução burguesa que havia se iniciado depois de 1930” (FERREIRA; BITTAR, 2008, p. 354).

O pós-1964 consolidou e aprimorou elementos de um modelo de Estado que vinha sendo construído desde a proclamação da República. No Estado Novo, foi iniciado por Vargas e se manteve inativo de 1945 a 1964” (FERREIRA; BITTAR, 2008, p. 351). O Estado passa a reprimir, através do discurso e da força, qualquer movimento de ameaçar a cara de uma nova ordem, como os que estavam sendo fomentados antes do golpe. No início da Ditadura Civil e Militar o grande número de manifestações realizadas pelos estudantes, que iam contra o fim da liberdade vinda com os Atos Institucionais (AI’S), não impediram o governo de promover reformas educacionais que fizessem do ensino um meio para atingir interesses econômicos das elites.

Durante a ditadura, a visão que se insere no campo educacional é da educação como capital humano, na qual o sujeito deve ser instruído, treinado e educado para que lhe seja acrescentada capacidade produtiva. Ou seja, as relações de poder econômico e político existente entre grupos ou dentro de um mesmo grupo social são postas de lado, em detrimento da centralidade nacional e de uma radicalidade do trabalho enquanto princípio educativo, limitado aos interesses do capital (ALMEIDA, 2016, p. 04).

O Estado necessitava afastar as influências do nacional-populismo, que vinha aumentando no período anterior ao golpe. Ainda, se fazia necessário tornar a economia internacional, para acelerar seu crescimento. Para isso, precisavam acabar com as manifestações, reivindicações e iniciativas de conscientização da sociedade. Isso explica os

motivos dos programas de educação e estímulo a cultura serem reprimidos, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O AI-5 foi instaurado por dois fatores principais. Primeiro, o aumento de movimentos de luta armada que iam opostos ao governo militar, os militares viram a necessidade de romper as ligações entre a sociedade e os movimentos de luta armada. Segundo, um discurso feito em 1968 pelo então deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Marcio Moreira Alves, que discursou a favor de um boicote ao militarismo, mostrou que o governo precisava encontrar uma forma de conter as manifestações de oposição. Assim, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 foi instaurado e “usou os episódios de radicalização de 1968 apenas como justificativa para sua constituição em comunidade, isto é, para sua institucionalização como sistema oficial do governo” (FICO, 2013, p. 183).

Todas reformas que aconteceram na educação brasileira durante o período ditatorial foram movidas para atender as “necessidades econômicas da sociedade urbana-industrial, que necessitava modernização tecnológica e científica” (ALMEIDA, 2016, p. 05). As vontades do Estado estavam impregnadas na educação (como estão até hoje), como por exemplo, excluir quem se opunha a ele. Esse objetivo de silenciar quem reivindicava melhorias na educação e as repressões sobre o movimento estudantil, foi caracterizado pela reforma do ensino superior, a partir da Lei 5.540/68, que trouxe uma certa melhoria ao sistema educacional brasileiro.

A partir dessa reforma, as universidades introduziram estrutura departamental; adotaram sistema de crédito por disciplina e periodicidade semestral; modificaram o regime de trabalho dos professores com a introdução do regime de dedicação exclusiva e definiram as funções de ensino e pesquisa como partes integrantes do ensino superior. Essas mudanças contribuíram para a implantação da pós-graduação e ampliaram as possibilidades de realização de pesquisas no Brasil (ALMEIDA, 2016, p. 06).

A década de 1970 foi marcada pelo aumento do uso dos livros didáticos na educação brasileira, utilizado como fonte principal para o conhecimento, segundo Almeida (2016, p. 08): “Nesse período, os livros didáticos eram caracterizados pela superficialidade dos conteúdos, pela ausência de críticas ou reflexões e pela presença de ideais patrióticos que marcaram os diversos momentos de crise política no Brasil”.

Devemos ter em mente que o processo de criação e industrialização do livro didático o torna um produto que atende interesses econômicos, técnicos e ideológicos. Ainda, por ter limitações de espaço, as abordagens se tornam pouco reflexivas, ainda mais somados com as metodologias menos reflexivas ainda dos professores do período ditatorial (ALMEIDA,

2016, p. 07). Essa falta de debate e reflexão se dava a partir dos programas oficiais do governo, que não permitia a compreensão da História pela falta de análise crítica, e ainda, excluía alunos e professores do processo de construção do cotidiano escolar. Para Fonseca (2003, p. 47), os métodos avaliativos e o ensino do período ditatorial eram pautados:

[...] na leitura coletiva de livros didáticos, permeada por explicações dos professores sobre os trechos lidos e por esquemas passados no quadro e copiado pelos alunos. Questionários, pesquisas em enciclopédias, memorização de fatos, nomes e datas, eram as estratégias mais comuns, identificadas como parte de um rígido esquema de ensino, fechado à reflexão, à discussão, ao debate.

Todas reformas educacionais do período ditatorial tinham o objetivo de legitimar o governo autoritário e arbitrário do período. Elas aconteceram em diversas estruturas sociais, como na escolar e interferiam no componente das disciplinas, sempre buscando “adequar a educação segundo as novas necessidades do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia” (ALMEIDA, 2016, p. 10). Nestas reformas, os professores foram excluídos da reestruturação dos currículos, afastando ainda mais a teoria acadêmica com a prática escolar. Percebe-se que os professores não podiam mais intervir em projetos educacionais, já que o Estado controlava o sistema educacional, fazendo com que o professor tivesse o dever ensinar os conteúdos programados por pessoas que não conheciam a realidade de uma instituição escolar e com intenções bem claras e definidas por trás de tudo isso. Essa situação pode ser visualizada também nos dias de hoje na tentativa de aparelhar as escolas e as instituições de ensino, proporcionando assim ao Estado maior vantagem no objetivo de continuar no poder.

Os livros didáticos são recursos utilizados na maioria das escolas do país. São ferramentas que auxiliam o estudante em locais sem recursos alternativos como multimídias, televisores, caixas de som e outros. Muitas vezes, o livro didático é o único meio que o professor encontra de trabalhar os conteúdos, até pelo fato de as escolas terem cotas de cópias para cada professor, limitando o trabalho e a metodologia em sala de aula. Essas cotas não se dão por má vontade dos administradores e gestores da escola, mas sim, pela má distribuição e utilização dos recursos públicos estaduais e federais. Na maioria das vezes, as escolas possuem outras prioridades para investir o dinheiro recebido, já que grande parte delas tem sua estrutura atingida pela precarização.

Para que os alunos sejam contemplados por livros didáticos, o governo possui o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, que apresenta diversos livros e propostas, em que cada professor da disciplina irá escolher qual se encaixa melhor em sua proposta de trabalho. Sempre no ano anterior da distribuição dos livros os professores se

reúnem para debater quais serão os livros escolhidos, rendendo debates e argumentações, uma vez que escolas podem ter mais que um professor da mesma disciplina e ambos devem escolher e decidir por apenas uma coleção.

Neste capítulo, iremos abordar os livros didáticos utilizados no ano de 2019 pelas escolas públicas de Chapecó, além de buscar refletir sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), de 2018, uma vez que esse programa é disponibilizado um ano antes do envio dos livros, para que seja possível a produção e distribuição dos mesmos.

2.2 OS LIVROS DIDÁTICOS COMO RECURSOS METODOLÓGICOS

Com o passar dos anos, a educação foi sendo repensada e reestruturada conforme as necessidades e desafios dos novos tempos. Com isso, metodologias de ensino e os conteúdos a serem ensinados foram sendo separados e pensados de formas individuais. Vale lembrar que as metodologias chamadas de tradicionais não precisam ser extintas para que possamos utilizar outras formas de ensino, pelo contrário, elas devem caminhar na mesma direção, visando o mesmo objetivo.

É comum associar o “método tradicional” de ensino com o uso de quadro, canetão e livro didático. Para Bittencourt (2008, p. 230), o chamado método tradicional entende que “ensinar é transmitir um conhecimento e aprender é repetir tais conhecimentos da maneira como foi transmitido”. Pensando nesse viés, também pode-se haver um método tradicional com tecnologias avançadas, uma vez que a utilização destas tecnologias pode ser utilizada somente para reproduzir um discurso objetivando que o aluno o decore, não fazendo com que o estudante reflita e pense por si (BITTENCOURT, 2008, p. 230).

Diferente do que se pensa, o livro didático não é um produto simples, mas sim bastante complexo, uma vez que toda sua produção possui diversas possibilidades, podendo instigar no aluno o desejo pela leitura, que no caso do livro didático, é variada e diferente (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 124). Os livros didáticos são os instrumentos de trabalho mais comuns na tradição escolar, fazendo parte do cotidiano educacional por pelo menos dois séculos. Durante esse processo, os livros foram alterados e vigiados por órgãos nacionais e internacionais, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial:

A partir da segunda metade do século passado, divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares, nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e populações. Como se tratava da fase do pós-guerra,

procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse sentimentos de hostilidade entre os povos. Nessa perspectiva, a História foi uma das disciplinas mais visadas pelas autoridades. (BITTENCOURT, 2008, p. 300).

No Brasil, as primeiras políticas públicas que surgiram pensando este material aconteceram no Estado Novo², quando foi instituída a Comissão Nacional de Livros Didáticos, que deveria criar regras para produção, compra e utilização dos livros (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 124). Naquele período, o governo assumiu a responsabilidade de formar a nacionalidade através da educação, fazendo do ensino um meio para introduzir valores do regime.

Já no período militar, a compra e distribuição de livros didáticos foram marcados pela censura. Além disso, o aumento no número de estudantes matriculados nas escolas ocorrida no período deixaram marcas no sistema público de ensino, trazendo diversos desafios estruturais e metodológicos. Marcados pelo patriotismo, os livros didáticos do período traziam um “estímulo a uma determinada forma de conduta para o indivíduo na esfera coletiva” (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 125) ditando o que era moral ou imoral. Porém, devemos ter em mente que era através de órgãos específicos que o controle dos conteúdos dos livros ocorria. Somente na redemocratização do país a partir da década de 1980 é que o PNLD foi criado e a censura deixou de ser institucional.

Atualmente, segundo Circe Bittencourt, o livro didático tem a função de “facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos” (BITTENCOURT, 2008, p. 307). Porém, problemas como o despreparo de professores e condições ruins de trabalho tornam o livro didático produto de uma “cultura mercantilizada, que transforma cada vez mais a escola em um mercado lucrativo para a indústria cultural, com oferta de materiais que são verdadeiros pacotes educacionais” (BITTENCOURT, 2008, p. 298). O conceito de “indústria cultural” foi pensado pelo filósofo alemão Theodor Adorno, um dos pesquisadores da Escola de Frankfurt, e trata-se de uma teoria desenvolvida para pensar e refletir criticamente a forma como os meios de comunicação em massa agem sobre a cultura, e de que forma por detrás dessa massificação da cultura existe uma indústria capitalista capaz de transformar toda e qualquer expressão

² Para saber mais sobre o Estado Novo ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

artística em mercadoria. Os pacotes educacionais funcionam como um sintoma dessa indústria cultural, sabendo que os mesmos estão no mercado na forma de apostilas e coleções didáticas, onde as estratégias de ensino já chegam prontas nos materiais. Esse tipo de ensino reduz tanto a autonomia do aluno quanto a do professor, cabendo ao mesmo apenas “aplicar” o que já está estabelecido, fazendo com que os alunos decorem o conteúdo e não pensem e reflitam sobre ele. Essas questões podem ser superadas através de uma escolha minuciosa do material a ser utilizado, cabendo aos professores compreender as necessidades da comunidade escolar e as especificidades locais dos alunos para um melhor rendimento escolar.

Por mais que o livro didático seja um material de acesso diário no ambiente escolar, seja para leituras focadas ou somente consultas eventuais, eles são utilizados das mais variadas formas. Segundo Bittencourt (2008, p. 316) “não existe um modelo definido e homogêneo nas práticas de leitura, conforme pressupunham muitas das análises sobre a ideologia dos conteúdos escolares das obras didáticas”. Ainda, a autora conclui afirmando que as práticas de leitura são variadas porque o público escolar também é variado, já que possui alunos das diferentes classes sociais, econômicas e políticas. Portanto, como qualquer método de ensino em sala de aula, o livro didático também deve ser utilizado com didáticas diferentes pelos professores. O professor deve mediar a leitura e utilização do livro didático, para que o estudante consiga aproveitar ao máximo esse recurso:

Uma pesquisa que recupera o uso do livro didático a partir do fim do século XIX demonstra que ele, diferentemente de outros textos impressos, tem, desde seu processo inicial de confecção, o pressuposto de uma leitura que necessita da intermediação do professor. Dessa forma, as práticas de leitura do livro didático fazem parte de um processo específico e contraditório de aprendizagem. Esse material oferece condições para o aluno ter maior domínio sobre a leitura e a escrita e ampliar seu conhecimento sobre vários assuntos e temas, mas, paradoxalmente, limita esse domínio ao direcionar a leitura para determinadas formas de ler e utilizar as informações aprendidas (BITTENCOURT, 2008, p. 317-318).

Sendo assim, Circe Bittencourt, (2008, p. 301) define o livro didático em três pontos: mercadoria, suporte de conhecimentos escolares e suporte de métodos pedagógicos. O livro didático se torna uma mercadoria a partir do momento que é um produto cultural fabricado por técnicos que determinam os aspectos nele contidos, sendo vinculado ao mundo editorial e ao sistema capitalista. Ele também é um suporte de conhecimentos escolares, já que propõe um currículo à ser estudado. Por fim, ele é um suporte de métodos pedagógicos, já que possui exercícios, atividades, sugestões de trabalhos e formas de avaliação.

Miranda e De Lucca (2004, p. 128) também definem o livro didático como sendo uma mercadoria, já que a obra estar ou não estar presente no PNLD traz efeitos financeiros para editoras:

Cumprir destacar que para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de venda e aceitação no mercado. Nesse contexto, o livro didático assume claramente sua dimensão de *mercadoria*, sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e venda. A esse respeito, há que se reconhecer que os pareceres técnicos de exclusão acabaram desempenhando, por vezes, papel primordial no processo de reformulação de coleções, patente no fato de um dos conjuntos excluídos em determinado PNLD vir a ser recomendado com distinção na edição seguinte do programa, o que indica o quanto o processo de avaliação foi tomado a sério por certos autores e editores.

Também, muitas vezes por conta da quantidade de horas e das diversas escolas a qual os professores lecionam, acabam se tornando reféns do livro didático, fazendo com que a qualidade e planejamento decaia. Apesar de tudo isso, é inegável que os mesmos são materiais importantes facilitadores na organização do currículo e plano anual de ensino. Portanto, devemos utilizar os livros didáticos como auxiliares nas nossas aulas e nunca como um material exclusivo, pois seu uso excessivo faz com que os alunos percam o interesse na disciplina e no conteúdo, tornando a aula monótona e desagradável para ambas partes. Se tratando da Ditadura Civil Militar, por ser um período rico na história do Brasil, o professor deve utilizar diversos outros recursos, como músicas, vídeos, áudios e documentos oficiais, aproximando o aluno da realidade vivida no período.

2.3 PNLD E PNLEM

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é o programa que todo ano envia livros didáticos para escolas cadastradas. Assim, todas instituições que não se cadastrarem no PNLD, não receberão as orientações para escolha das coleções. No ano de 2018, havia 22 instituições de ensino cadastradas no programa, sendo que 21 eram estaduais e uma federal (Tabela 1). No ano de 2019, houve um salto para 107 escolas cadastradas, já que foram adicionadas instituições municipais, estaduais e privadas (nas modalidades de ensino infantil, básica e média), como podem ser observadas na tabela 01³. Vale ressaltar que

³ Fonte: ESCOLAS participantes da escolha PNLD 2018. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC)**, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/11148-guia-pnld-2018>>. Acesso em: 10 de set. de 2019. Tabela adaptada pelo autor.

a tabela correspondente ao ano de 2019 não está disponibilizada, já que o ano letivo não foi finalizado até o fim desta pesquisa:

Tabela 01: Escolas Cadastradas no PNLD 2018

NOME ESCOLA	DEPENDENCIA	LOCALIZACAO
EEB CORONEL ERNESTO BERTASO	ESTADUAL	URBANA
CEDUP DE CHAPECO	ESTADUAL	URBANA
IFSC - CAMPUS CHAPECO	FEDERAL	URBANA
EEB CEL LARA RIBAS	ESTADUAL	URBANA
EEB ANTONIO MORANDINI	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF NELSON HOROSTECKI	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF LIDIA GLUSTACK REMUS	ESTADUAL	URBANA
EEB DRUZIANA SARTORI	ESTADUAL	URBANA
EEB PROFESSORA GENI COMEL	ESTADUAL	URBANA
EEB PEDRO MACIEL	ESTADUAL	URBANA
EEB MARECHAL BORMANN	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF LUIZA SANTIN	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF VALESCA CARMEN RESK PARIZOTTO	ESTADUAL	URBANA
EEB MARCOLINA RODRIGUES DA SILVA	ESTADUAL	RURAL
EEB TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ESTADUAL	URBANA
EEB SAO FRANCISCO	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF IRENE STONOGA	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF ZELIA SCHARF	ESTADUAL	URBANA
EEB PROF LOURDES ANGELA SARTURI LAGO	ESTADUAL	URBANA
EEB BOM PASTOR	ESTADUAL	URBANA
EIEF FEN NO	ESTADUAL	URBANA
EEB SAAD ANTONIO SARQUIS	ESTADUAL	URBANA

Fonte: ESCOLAS participantes da escolha PNLD 2018. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC)**, 2018. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/11148-guia-pnld-2018>>. Acesso em: 10 de set. de 2019. Tabela adaptada pelo autor.

As escolas fizeram suas escolhas de livros em agosto de 2017, primeiro ano em que os pedidos foram realizados totalmente pelo sistema Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo o PDDE Interativo (2019):

O objetivo do Sistema de Remanejamento, no PDDE interativo, é auxiliar os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal na realização das trocas de livro entre escolas, buscando equilibrar as quantidades disponibilizadas a cada uma. O sistema de remanejamento ficará sempre disponível para que as escolas possam realizar a troca dos livros durante todo o ano.

O PDDE Interativo foi desenvolvido pelo MEC em parceria com as Secretarias de Educação, estando disponível para todas instituições de ensino públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio que estejam cadastradas no Censo Escolar de 2017. Sendo assim, as escolas que escolheram os livros utilizados em 2019, também devem estar cadastradas neste Censo Escolar⁴.

Quando é feita a escolha dos livros para a educação infantil, a escola opta entre receber um livro para creche (0 a 3 anos) e outro livro para pré-escola (4 a 5 anos) ou receber um volume que contemple as duas faixas etárias (0 a 5 anos). Para a segunda etapa do ensino básico, do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, também é necessário optar entre coleções disciplinares ou as coleções interdisciplinares. Nas coleções interdisciplinares, os componentes abrangem História e Geografia ou Ciências, História e Geografia. Caso a escola opte pelas coleções interdisciplinares, não poderá solicitar as coleções para disciplina isolada (PNLD, 2018). Como esta pesquisa utiliza dois livros para o Ensino Médio, mais especificamente o último ano, ambos são específicos da disciplina de História.

Isso nos traz a oportunidade de pensar sobre os livros interdisciplinares. Apesar da importância de trabalhos e pesquisas interdisciplinares para que estudantes percebam que as áreas do conhecimento andam juntas e podem abordar as mesmas temáticas por olhares diferentes, será que estes livros, por contemplarem em um limite de páginas três disciplinas, não deixam discussões e abordagens rasas? Essa questão será difícil de responder sem uma pesquisa detalhada sobre o tema, uma vez que se faz necessária a comparação dos livros específicos de cada disciplina, e ainda, do livro interdisciplinar.

Outro ponto importante para discutirmos sobre o PNLD, é o fato de as escolas terem que selecionar duas opções de livros didáticos. Nas páginas oficiais do MEC e do PNLD, não há explicação do motivo de preenchimento de duas opções, mas uma hipótese é que, as vezes, as editoras não conseguem produzir a quantidade solicitada de coleções, seja por falta de material, de tempo ou de recursos. Segundo conversas informais, durante a realização de meu estágio docência obrigatório, no Ensino Médio - com os professores de História das escolas estudadas no momento em que fui buscá-los, os livros utilizados eram a primeira opção de

⁴ O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Fonte: CENSO escolar. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, 2019. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

escolha. Caso a escola não selecione livro algum, são enviados livros aleatórios dentre os títulos aprovados pelo guia do PNLD do ano específico (PNLD, 2018).

Segundo Miranda e De Luca (2004, p. 126), o MEC é a “instância de planejamento e normatização do programa”, já o FNDE é o “braço administrativo e executor das ações que envolvem o processo de escolha, compra e distribuição das obras”, sendo que a separação dos dois órgãos responsáveis pela escolha e distribuição dos livros didáticos traz problemas derivados da burocratização que os separa. Para as autoras (2004, p. 126):

Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores.

Desde a criação do PNLD em 1985, muita coisa mudou. Quando foi criado, não havia participação dos professores no processo de escolha dos livros didáticos, cabendo somente a direção da escola efetuar o pedido. Também, no início os livros não eram divididos por coleções, mas sim, somente por livros isolados para cada ano letivo. Por exemplo, poderiam escolher o livro de uma coleção para o sexto ano e um livro de outra coleção para o sétimo ano. Com o passar dos anos e reorganização do PNLD, as obras passaram a ser escolhidas por coleções completas.

Os materiais distribuídos pelo MEC às escolas públicas de educação básica do país passam por uma criteriosa seleção. Todos eles devem estar inscritos no PNLD, que por conseguinte passam por avaliações pedagógicas com a participação das Comissões Técnica específica, composta por especialistas das mais diversas áreas a fim de avaliar o conteúdo e a qualidade do material produzido. Todos eles passam por uma triagem, onde se é verificado se o livro se encontra dentro das disposições gerais estabelecidas pelo edital: número de páginas, direitos autorais, distribuição das imagens, layout, ficha catalográfica, número de volumes, manual do professor, tamanho, tipo de material; enfim, diversos outros pontos a serem analisados para uma possível seleção. Feito isso, a avaliação segue com os conteúdos. Segundo o edital do PNLD de 2018, o livro do ensino médio, o qual será analisado, deve auxiliar a alcançar as seguintes finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a

ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático, 2018 , p.30)

Nesse sentido, é função da escola preparar o estudante para a vida, além de agregar em sua formação como cidadão. Itens como os direitos humanos, abordagem de temas como a História das Mulheres e relações de gênero, respeito à diversidade, cultura e história afro-brasileira e combate ao preconceito racial precisam necessariamente aparecer nos livros. Sua seleção é rigorosa em diversos sentidos, e, se aprovados, compõem o Guia Digital do PNLD, que orienta o corpo docente e o corpo diretivo da escola na escolha das coleções para aquela etapa de ensino (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Para o ensino médio, o governo federal criou em 2004 o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), visando a universalização de livros didáticos para os estudantes do ensino médio das escolas públicas brasileiras⁵. Ambos os programas possuem, basicamente, a mesma forma de execução: inscrição das editoras, triagem/avaliação, guia do livro, escolha, pedido, aquisição, produção, qualidade física, período de utilização, alternância, distribuição, recebimento e ampliação. Todas as escolas beneficiadas estão cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

⁵ MEC. PNLD e PNLEM. Acesso em 22 nov. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=158:o-mec-distribui-livros-didaticos-para-todas-as-escolas-do-pais>

3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS

Os livros didáticos são instrumentos importantes para todos indivíduos que englobam a educação básica em instituições de ensino do país. Neles, encontramos uma ideologia e valores de quem os produz, ou seja, dos grupos editoriais. Para a análise deles, utilizaremos a pesquisadora Circe Bittencourt, a qual afirma que, além da ideologia e dos valores contidos, precisamos analisar sua forma, conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico (2008, p. 311), e é isso que faremos nesta pesquisa.

Sobre os aspectos formais, a autora afirma que os livros são diferentes de outras obras literárias quando produzidas, porque são destinados ao professor, já que ele escolhe as obras utilizadas, porém, tem como público alvo os alunos, os quais irão utilizar o livro. Para a autora, “a análise da capa sempre fornece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações até o título e as informações sobre as vinculações com as propostas curriculares” (BITTENCOURT, 2008, p. 312).

O conteúdo histórico escolar é, segundo a autora, a parte mais importante de um livro didático, já que é ali que “reside a explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica” (BITTENCOURT, 2008, p. 318). Da mesma forma que é importante o professor saber analisar e identificar qual a proposta do livro didático escolhido, é de extrema importância a aplicação e utilização do livro com didáticas coerentes a qual a instituição de ensino se insere. Neste ponto está a dificuldade de análise dos livros didáticos, já que ele é produzido por alguém, e esse alguém sempre possui uma opinião, ou seja, expressa uma verdade.

Quando falamos em conteúdos pedagógicos, precisamos estar cientes do que o livro propõe como forma de aprendizagem, já que neles estão expostas formas para que o aluno aprenda o conteúdo proposto. Por isso é considerado por muitos o material mais completo para ensino e aprendizagem nas escolas. Para Bittencourt, “além de sua capacidade de transmitir determinado acontecimento histórico, é preciso identificar como esse conhecimento deve ser aprendido” (2008, p. 315).

Sendo assim, seguiremos as orientações da pesquisadora Circe Bittencourt para a análise das fontes desta pesquisa, onde será possível questionar as obras literárias, observar os conteúdos programáticos, e ainda, entender como os autores propõem as práticas pedagógicas para ensino e aprendizagem nas instituições públicas de Chapecó.

3.1 LIVRO CONTATO HISTÓRIA

O livro didático utilizado em 2019, pela E.E.B Bom Pastor foi o livro “Contato História”, formulado por Adriana Machado Dias⁶, Keila Grinberg⁷ e Marco César Pellegrini⁸. Foi produzido para atender os conteúdos aplicados no terceiro ano do ensino médio, porém, para esta pesquisa, utilizaremos especificamente o conteúdo da ditadura civil militar brasileira.

Este livro possui 15 páginas destinadas ao período ditatorial no Brasil. Divididos em 27 subtítulos que abordam a ditadura, o livro possui duas páginas para tratar especificamente sobre os movimentos artísticos, como o teatro, o cinema, a música popular brasileira (MPB), o tropicalismo e o rock nacional.

Figura 1: Capa do livro didático “Contato História”, utilizado na E. E. B. Bom Pastor.



Fonte: DIAS; Livro Contato História, 2019, capa.

A capa deste livro, figura 01, nos remete à uma ideia mais futurista, utilizando elementos simples e em poucas cores. O título do livro é iniciado por uma hashtag, ideia que

⁶ Bacharel e licenciada em História pela UEL-PR. Especialista em História Social e Ensino de História pela UEL-PR. Autora de livros didáticos de história para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

⁷ Licenciada em História pela UFF-RJ. Doutora em História Social pela UFF-RJ. Professora do departamento de História da UNIRIO-RJ.

⁸ Licenciado em História pela UEL-PR. Editor de livros na área de Ensino de História. Autor de livros didáticos de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

remete nossa contemporaneidade. Essas *tags* são palavras-chave ou que tem relevância a termos associados a uma informação, discussão ou tópicos que se deseja indexar de forma explícita em redes sociais. Então, hashtags são compostas por assuntos que estão sendo debatidos no momento da postagem, e no caso do livro didático, diz respeito aos conteúdos programáticos, que serão debatidos no momento em que os estudantes se encontram, no caso, o terceiro ano do ensino médio.

O livro foi produzido e distribuído pela Quinteto Editorial, que foi incorporada à EDITORA FTD em 2006. A FTD nasceu no Brasil, em 1902, ampliando a atuação dos Irmãos Maristas que estavam no país desde 1897 na direção de vários colégios. FTD é uma homenagem a Frère Théophile Durand, Superior Geral da Congregação Marista entre os anos de 1883 e 1907. Durante sua gestão, ele incentivou os Irmãos a escrever livros escolares para as demais disciplinas. Esses livros passaram a integrar a coleção, que recebeu o título de Coleção de Livros Didáticos FTD.

Para estudo nos livros didáticos, a arte, seja qual for, é apresentada em forma de imagem, sendo assim, a fotografia é uma ferramenta essencial para a visualização do período histórico estudado.

Sobre a militarização e repressão policial contra a sociedade, o livro didático apresenta quatro imagens. Um exemplo dessas imagens é uma fotografia que retrata um tanque do Exército estacionado próximo à casa do presidente João Goulart, no Rio de Janeiro em 31 de março de 1964, como podemos observar na figura 02:

Figura 2: Imagem do exército, Arquivo do Estadão.



Fonte: CÉSAR, Marco; GRINBERG, Keila; DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. São Paulo: Quinteto, 2016. 212 p.

Outra fotografia encontrada no livro didático é uma imagem que retrata um militar reprimindo uma estudante nas ruas de São Paulo, em 1968. Esta imagem encontra-se logo após a Figura 2, sendo que são utilizadas para contextualizar os subtítulos “O Golpe de 1964” e “Militares no Poder”:

Figura 3: Repressão a estudante



Fonte: CÉSAR, Marco; GRINBERG, Keila; DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. São Paulo: Quinteto, 2016. 213 p.

Sobre as artes do período ditatorial brasileiro, o livro didático apresenta um total de seis imagens: quatro voltadas à música, sendo uma capa do disco *Jóia* (1975), de Caetano Veloso, um cartaz do filme “*Terra em Transe*” (1967), de Glauber Rocha e uma imagem de uma peça teatral intitulada *Arena conta Zumbi* (1976), imagem 04 - de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. As imagens, mesmo retratando a arte, são pouco exploradas no texto do livro.

Figura 4: Apresentação da peça *Arena conta Zumbi*, no Rio de Janeiro (RJ), em 1976.



Fonte: CÉSAR, Marco; GRINBERG, Keila; DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. São Paulo: Quinteto, 2016. 216 p.

Os autores não sugerem uma visualização dirigida das imagens, ou seja, não orientam alguma atividade sobre as imagens e nem mesmo indicam aos alunos para assistirem o filme ou ouvir as músicas e artistas apresentados.

Os autores ainda apresentam duas imagens acerca das mídias impressas, a figura 5 é uma imagem do jornal “O Estado de São Paulo”, publicado em 1974, onde os autores apresentam como a censura agia nas mídias. Isso é importante para que os alunos compreendam que havia censura e havia mecanismos de desvio dessa censura.

Figura 5: Fotografia de um jornal censurado



Fonte: CÉSAR, Marco; GRINBERG, Keila; DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. São Paulo: Quinteto, 2016. 229 p.

Estas imagens mostram o jornal que iria ser publicado (foto da esquerda) e o que foi publicado após a ação da censura (foto da direita). Na imagem da esquerda verificamos a seguinte notícia censurada: “A defesa da liberdade de imprensa não é solitária”. Percebemos que o texto fazia um apelo para liberdade nas publicações e notícias do jornal. A censura agiu

em tudo que poderia alterar a opinião pública referente aos militares, portanto, era comum jornais sofrerem alterações antes da circulação de suas edições.

As imagens apresentadas no livro didático “Contato História” da E. E. B. Bom Pastor, compreendem um leque diversificado de temáticas à serem exploradas dentro do período histórico. Este livro atende bem as demandas necessárias para a utilização desse conteúdo dentro da sala de aula, porém pouco explora as imagens que apresenta. A Arte é um tema presente nas imagens, mas ausente nas narrativas.

No próximo capítulo, faremos a análise do livro didático “Oficina de História”, utilizado na escola E. E. B. Tancredo de Almeida Neves. Compreendendo as imagens de que forma o conteúdo é apresentado em relação aos que historiadores e pesquisadores relatam e indicam os aspectos que ficam marcados na história do Brasil.

3.2 LIVRO OFICINA DE HISTÓRIA

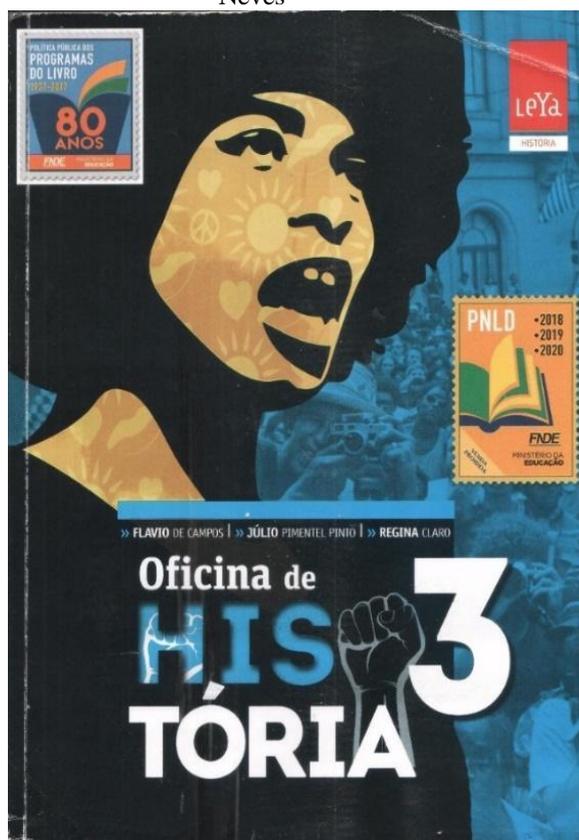
O livro didático utilizado no ano de 2019, pela E.E.B Tancredo de Almeida Neves foi o livro “Oficina de História”, formulado por Flavio de Campos⁹, Júlio Pimentel Pinto¹⁰ e Regina Claro¹¹. Da mesma forma que o livro anterior, este foi produzido para atender os conteúdos aplicados no terceiro ano do ensino médio, porém, para esta pesquisa, utilizaremos especificamente o conteúdo da ditadura civil militar brasileira. Este livro possui 34 páginas destinadas ao estudo da ditadura civil militar.

⁹ Graduado em História pela PUC/SP, Mestre em História pela USP. Professor Doutor do Departamento de história da USP. Autor de livros didáticos e paradidáticos.

¹⁰ Graduado em história pela USP. Mestre em História pela USP. Doutor em história pela USP. Livre docente em História pela USP. Especialista em História da América e História da Cultura. Autor de livros didáticos e paradidáticos.

¹¹ Graduada em História pela USP. Mestre em História pela USP. Doutoranda faculdade Educação da USP. Especialista em História e Cultura Africana e Afro-americana. Autora de livros didáticos e paradidáticos.

Figura 6: Capa do livro didático “Oficina de História”, utilizado na E. E. B. Tancredo de Almeida Neves



Fonte: CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: LeYa, 2016. Capa.

A capa do livro, figura 06, nos remete de imediato a um símbolo de resistência em sua primeira vista. Onde aparece a Ângela Davis¹² em um protesto, como se estivesse gritando ou anunciando alguma coisa, logo abaixo, entre as letras que compõem as escritas do título do livro, aparecem duas mãos fechadas direcionadas para cima, também usado de forma simbólica por diferentes grupos de resistência ao redor de todo mundo. Ao fundo, em um filtro azul, várias pessoas em alguma rua com um prédio de estrutura mais arcaica. Dentre essas pessoas um homem direciona sua câmera fotográfica para a foto, como se estivesse fazendo um registro. Isso nos leva a crer que todo registro acaba se tornando histórico.

A editora LeYa¹³ foi criada com o intuito de fazer parte de um grupo editorial no qual participam editoras renomadas de língua portuguesa. Criada em 2008, veio ao Brasil em

¹² Angela Davis é filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e considerada ícone da luta pelos direitos civis

¹³ A LeYa foi criada em 2008, em Portugal, presente no Brasil desde o ano seguinte. Em 2011, a LeYa Brasil se aliou à Casa da Palavra. In: LeYA. **Site da editora LeYA**. Disponível em: <http://leya.com.br/a-editora/> Acesso em: 20 de ago. de 2019.

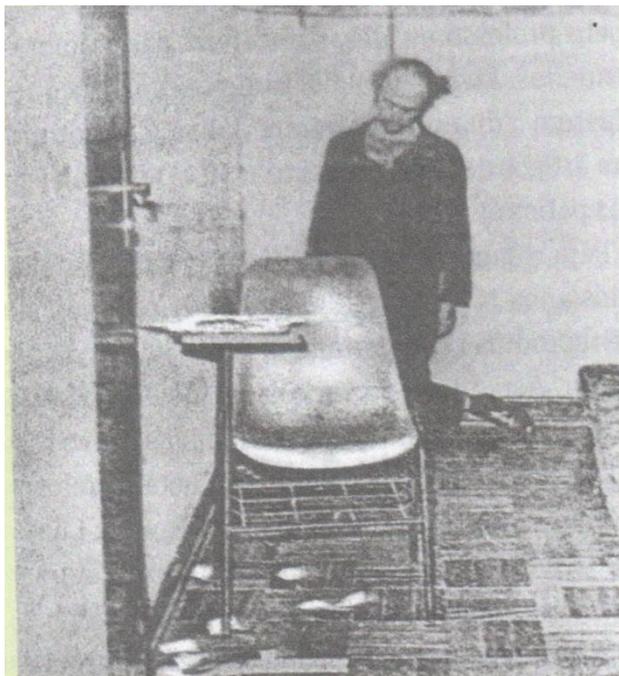
2009, e vem sendo uma editora com nome destacado na área de edições gerais. O grupo LeYa foi constituído originalmente por oito editoras, sendo que 6 delas eram portuguesas.

Pelo fato deste livro possuir maior quantidade de conteúdo voltada para a ditadura civil militar brasileira, em relação ao livro “Contato História”, se faz notório que o livro oficina de história se apresenta com um prestígio maior para a pesquisa. A maneira com que os capítulos dos livros são postos aponta a forma com as quais os autores pensaram a metodologia aplicada no livro. Ao invés de compilar todo o conteúdo em um só subtítulo, os autores abordam tudo o que estava acontecendo no mesmo período ao redor do mundo, assim sendo, alguns episódios da ditadura civil militar são apresentados de forma cronológica. Ao mesmo tempo que eventos históricos marcaram o mundo, episódios da ditadura também aparecem ao mesmo tempo, em espaços diferentes. Devemos ter em mente que quantidade não implica em qualidade, porém, quanto mais espaço para debates, mais propostas e temáticas os autores conseguem abordar, fazendo com que o estudante conheça diversos aspectos do mesmo recorte histórico.

Assim como na análise do livro anterior, os critérios de avaliação acontecem do mesmo modo, para analisar o livro didático se faz presente a presença das figuras que compõem os capítulos pertencentes ao tema da pesquisa, dessa forma utilizaremos a fotografia para a visualização do conteúdo, dividindo a análise por imagens pertencentes a sua temática histórica.

A repressão e militarização exercida pelos militares mostrada no livro didático Oficina de História, nos apresentam duas imagens que contemplam essa repressão. A icônica fotografia, figura 07, do jornalista Vladimir Herzog é muito conhecida nos estudos relacionados a Ditadura civil militar, por conta da força e repressão dos militares que o submeteram a tortura no espaço do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), onde o encontraram morto. Imagem posta no livro cercada por um balão onde se oferece foco ao crescimento da oposição. Para com os alunos que vão manusear o livro didático contendo essa imagem, os remete a pensar o quão rigoroso era esse período da história brasileira, onde jornalistas eram perseguidos até seu desaparecimento.

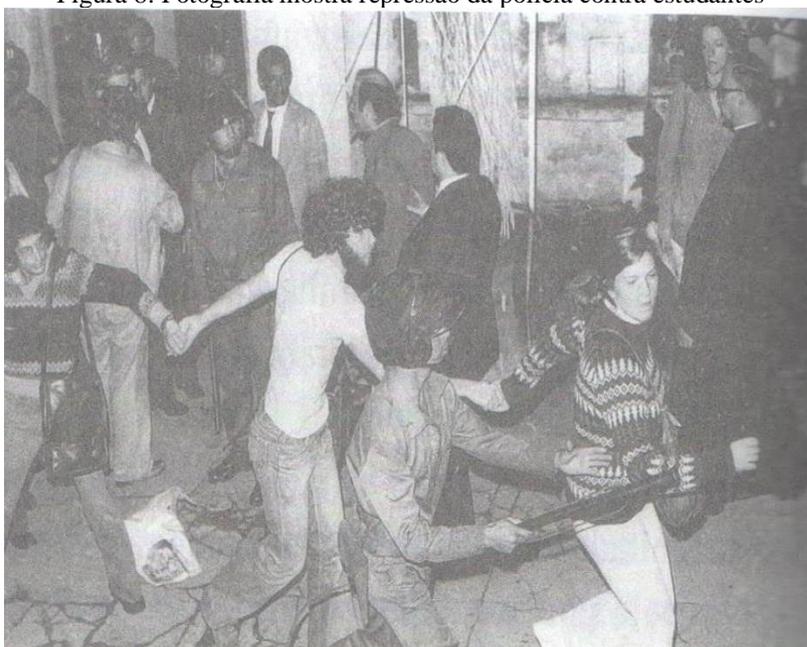
Figura 7: Fotografia de Silvaldo Leung Vieira, torturado pelos militares.



Fonte: CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016. 215 p.

Outra fotografia encontrada no livro didático é uma imagem que retrata policiais reprimindo estudantes na Pontifícia Universidade Católica (PUC), pela polícia militar em setembro de 1977. A figura 8 é utilizada para contextualizar os subtítulos “A volta dos estudantes” e “A repressão aos estudantes”:

Figura 8: Fotografia mostra repressão da polícia contra estudantes



Fonte: CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016. 216 p.

Na figura 8, claramente é possível ver alunos de mãos dadas e policiais militares fardados e com cacetetes oprimindo e direcionando esses alunos para algum lugar. Essa imagem vem na página seguinte da imagem anterior, neste caso mostrando a opressão feita por militares em uma instituição estudantil.

Os autores apresentam três imagens referentes à resistência civil aos militares. Neste sentido, o conteúdo se faz necessário para entender e perceber de que maneira a sociedade da época reagiu ao regime, percebendo a participação civil da resistência e conseqüentemente na queda da ditadura. Porém na obra, não há um cuidado de evidenciar que nem todos os cidadãos eram resistentes ao período militar.

A figura 9 foi tirada no dia 1º de abril de 1964, quando instaurado o golpe militar. Já na confirmação de um estado totalitário pessoas se reúnem em forma de manifestações populares contra o regime que estava sendo executado. Assim apontando que não era um pensamento geral e coletivo de apoio ao golpe

Figura 9: manifestação popular no dia do golpe

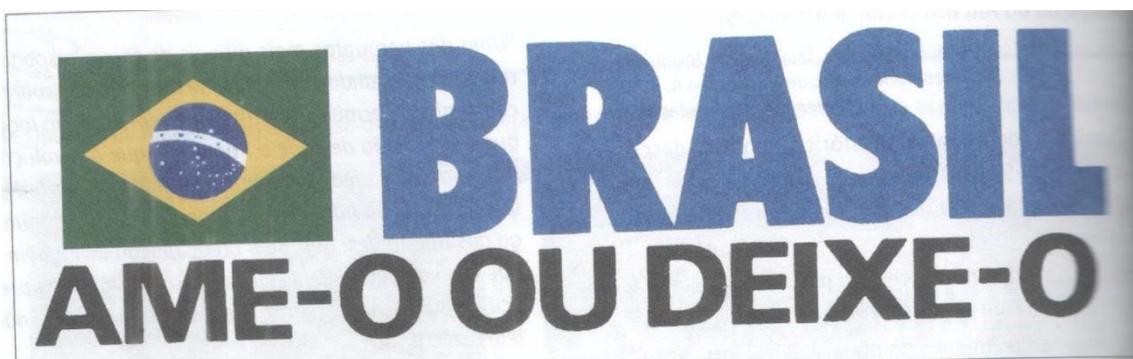


Fonte: CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016. 170 p.

Esse acontecimento ocorreu quando diversos estudantes, artistas, intelectuais e outros setores da sociedade invadem as ruas do Rio de Janeiro, através de uma manifestação popular organizada pelo movimento estudantil, tornando-a uma das maiores e mais expressivas manifestações populares da história republicana brasileira. Assim mostrando como a população estava insatisfeita com o regime e a presença da menção da participação dos artistas no movimento.

Os autores ainda apresentam uma imagem acerca das mídias impressas, aqui representadas pela figura 10. Há algumas imagens do arquivo do estado de São Paulo, publicadas durante a ditadura civil militar, onde os autores apresentam adesivos e cartazes que eram expostos e utilizados pelo governo militar. Isso é importante para que os alunos compreendam que havia um direcionamento de propagandas como mecanismos de firmar a imagem do governo com um pensamento progressista. A figura 10, é um adesivo, que apresenta o *slogan*: Brasil, ame ou deixe-o. Agindo de maneira incisiva para manutenção da ideia de Estado para a população.

Figura 10: Adesivo de propaganda utilizada na ditadura civil militar



Fonte: CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016. 204 p.

Após observar as figuras, nota-se que o livro tem muitas páginas destinadas a ditadura, porém, pouco contemplou a arte como forma de resistência. Neste livro, em nenhum momento é fomentado o entendimento cultural e artístico do período, não retratando nenhum episódio referente a cesura cometida pelos militares em relação a artistas e suas obras. Não mostrando se havia a existência de projetos ou serviços culturais, assim como, não contemplando esses assuntos nos conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como finalidade analisar o período ditatorial brasileiro (1964-1985) através dos livros didáticos de História, especificamente, nas coleções utilizadas pelas escolas: E.E.B Bom Pastor e E.E.B Tancredo de Almeida Neves, ambas da rede pública de ensino de Chapecó, Santa Catarina, em 2019. Fazendo uso das figuras fornecidas pelos autores dos livros didáticos para a análise dos mesmos enquanto ferramenta didática para ensino em sala de aula. É perceptível a importância de uma pesquisa voltada para esse tema, para de fato saber o que aconteceu na história do país e, de fato compreender o que se passou nesse período histórico do Brasil.

Num período marcado pela perseguição, nos faz refletir sobre como era viver neste período onde aconteceram inúmeras atrocidades à condição de vida humana. Esta pesquisa agrega no sentido de ressaltar a importância dos mecanismos oferecidos para o ensino público em Chapecó, neste caso, as imagens trazidas nos livros didáticos sobre esse assunto. A maneira com que os livros foram estruturados apresentam formas distintas em seus conteúdos, porém completas em ambas as partes. A questão de organização dos livros não apresenta mudanças significativas.

Os dois livros abordam de maneira muito diferentes a arte e a cultura do período. O livro Contato História, o primeiro a ser analisado, apresenta imagens relacionadas a arte, retratando alguns artistas que sofreram censura, explicitando-as através de obras inseridas no livro didático, dando dimensões para que os alunos tenham o mínimo de informações relacionadas a essa questão. Já o livro Oficina de História não carrega nenhuma figura condizente à temática cultural e artística desse período, dessa maneira, não contemplando a um conteúdo completo para estudo em sala de aula.

A quantidade de imagens expostas nos livros didáticos é satisfatória no sentido quantitativo, porém na questão de qualidade das imagens, elas divergem em distintos fatores, como por exemplo, em um livro á a exposição de um jornal censurado antes e depois da sua publicação. Já no outro livro não possuímos nenhum indício de jornais impressos na ditadura, dificultando o entendimento a ação da censura. Um dos livros possui aspectos relacionados a resistência através das artes, citando artistas que participaram desses movimentos, mostrando pelo menos, minimamente, fatores culturais ou resultantes da opressão a cultura durante o período militar, entretanto os autores encontram outra forma de debater este tema.

Sendo assim, é perceptível a necessidade de nós enquanto historiadores nos aprofundarmos no debate e nas pesquisas com relação a educação, mais especificamente

relacionadas aos próprios livros didáticos, tendo em vista seu uso como ferramenta de ensino em todas as escolas públicas do nosso país. É preciso investigar o que está sendo escrito e representado, nesse caso, a arte da ditadura civil militar, e mais do que isso, qual é a forma que isso está chegando a todos os alunos e alunas do Brasil. É preciso construir um conteúdo que agregue e de alguma maneira produza e construa um senso crítico nesses indivíduos em formação, e a arte é uma maneira capaz de alcançar este objetivo. É necessário fazê-los refletir sobre o período, e não meramente decorar fatos, nomes e datas. O trabalho realizado em duas escolas de Chapecó tem como contribuição na área da educação reforçar a importância de se ter um material com qualidade e conteúdo onde se possa, didaticamente, acrescentar para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, trazendo resultados que devem ser condizentes com grande parte dos livros apresentados nas escolas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aritana Lima de. As políticas educacionais brasileiras durante o regime civil militar: o autoritarismo e a educação nas décadas de 1960 e 1970. **VII Encontro Estadual de História**, Feira de Santana, 2016.

BERLINCK, Manoel T. Centro Popular de Cultura da Une. Campinas. Editora Papirus, 1984.

BITTENCOURT, Cirse Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Ariana Alves de. A atuação da censura nas letras das canções de Chico Buarque durante o AI 5. **Dossiê: Música, Linguagem e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 09, n. 01, p. 94-104, jan.-jul. 2016.

CERRI, Luis Fernando. **Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática**. Revista de História Regional. nº 15, v. 2. Ponta Grossa, 2010, p. 264-278.

BRASIL (BR). Edital de convocação nº 04/2015. [Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obra didáticas para o programa nacional do livro didático]. **Brasil**: Ministério da educação, 2018.

FERREIRA JR. Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. In: Caderno Cedes, Campinas: vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.133-166.

FICO, Carlos. O Golpe de 64: Momentos Decisivos. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014.

MENDES, Fernanda Paranhos. **“Show Opinião”: Teatro e Música de Um Brasil Subjugado**. Uberlândia. Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MIRANDA, Sonia Regina; DE LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, 2004, p. 123-144.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Políticas Universitárias das ditaduras Militares do Brasil, Argentina e Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ditaduras Militares: Brasil Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 37-60.

PAGLIA, Camille. **O impacto do ensino da arte (ou da falta dele) na percepção do mundo**. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/artigos/o-impacto-do-ensino-da-arte-ou-da-falta-dele-na-percepcao-do-mundo>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “Milagre” Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda (1967-1973). In: FERREIRA,

Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 207-241.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Cultura e Política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 133-166.

ROCHA, Décio; MENEZES, Leila Medeiros de. Uma abordagem discursiva da censura no Brasil em tempos de ditadura: Gonzaguinha e a resistência pela música. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 06, n 12, p. 73-90, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Nayara da Silva. Entre o imoral e o subversivo: a divisão de censura de diversões públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979). 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7002>>. Acesso em: 02 out. 2019.

Fontes

CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2016. 288 p.

CÉSAR, Marco; GRINBERG, Keila; DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. São Paulo: Quinteto, 2016. 288 p.

Escola de Educação Básica Bom Pastor. **Projeto Político Pedagógico**. Chapecó, 2019.

Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves. **Projeto Político Pedagógico**. Chapecó, 2019.

ESCOLAS participantes da escolha PNLD 2018. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC)**, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/11148-guia-pnld-2018>>. Acesso em: 10 de set. de 2019.

LIVRO Didático. **PDDE Interativo**, 2019. Disponível em: <<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>>. Acesso em: 06 de set. de 2019.

MEC. **PNLD e PNLEM**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=158:o-mec-distribui-livros-didaticos-para-todas-as-escolas-do-pais>. Acesso em: 22 nov. 2019.

